



Santa Casa da Misericórdia da Soalheira

Anexo ao balanço e demonstrações financeiras

31 dezembro de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Ativos Intangíveis	12
7	Empréstimos Obtidos	13
8	Inventários	13
9	Rédito.....	14
10	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	14
12	Benefícios dos empregados.....	15
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
14	Outras Informações	15
14.1	Clientes e Utentes.....	15
14.2	Outras contas a receber.....	15
14.3	Diferimentos	16
14.4	Outros Ativos Financeiros.....	16
14.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
14.6	Fundos Patrimoniais	17
14.7	Fornecedores	17
14.8	Estado e Outros Entes Públicos	17
14.9	Outras Contas a Pagar	17
14.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
14.11	Fornecimentos e serviços externos	18
14.12	Outros rendimentos.....	18
14.13	Outros gastos	18
14.14	Resultados Financeiros	18
14.15	Acontecimentos após data de Balanço	19
15	Relatório gestão e anexos.....	20

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Soalheira é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS-Misericórdia, com sede no Largo da N.ª Sr.ª das Necessidades, na localidade da Soalheira.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Soalheira, foi instituída no ano de 1694, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade, em várias respostas sociais, Estrutura residencial para Idosos, Centro Dia e Serviço ao apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

JA
AB

ASD
Javi Laura

ASD

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

A
AB
Ad
João Maria
S

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	1 a 3
Programas de Computador	1 a 3
Propriedade industrial	Indefinido
Outros Ativos Intangíveis	indefinido

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- b) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado

da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa em vigor sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	100,00					100,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	531 171,68					531 171,68
Bens móveis	0,00					0,00
Total	531 271,68	0,00	0,00	0,00	0,00	531 271,68

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	100,00					100,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	531 171,68					531 171,68
Bens móveis	0,00					0,00
Total	531 271,68	0,00	0,00	0,00	0,00	531 271,68

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	244 607,09					244 607,09
Edifícios e outras construções	1 584 139,87			224 295,65		1 808 435,52
Equipamento básico	282 706,57	8 734,30				291 440,87
Equipamento de transporte	62 423,40					62 423,40
Equipamento administrativo	15 611,54	1 175,51				16 787,05
Outros Ativos fixos tangíveis	96 084,99					96 084,99
Ativos tangíveis em curso	150 894,75	93 935,60		-224 295,65		20 534,70
Total	2 436 467,81	103 845,41	0,00	0,0	0,00	2 540 313,32
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	909 435,50	29 230,45				938 665,85
Equipamento básico	258 541,51	6 205,21				264 746,72
Equipamento de transporte	62 423,40					62 423,40
Equipamento administrativo	15 611,54	159,35				15 770,89
Outros Ativos fixos tangíveis	95 377,63	291,08				95 668,71
Total	1 341 389,58	35 886,09	0,00	0,00	0,00	1 377 275,57

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	244 607,09					244 607,09
Edifícios e outras construções	1 808 435,52	17 244,79				1 825 680,31
Equipamento básico	291 440,87					291 440,87
Equipamento de transporte	62 423,40	39 733,02				102 156,42

Equipamento administrativa	16 787,05					16 787,05
Outros Ativos fixos tangíveis	96 084,99	5 578,15				101 663,14
Ativos tangíveis em curso	20 534,70					20 534,70
Total	2 540 313,32	62 555,96	0,00	0,00	0,00	2 602 869,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	938 665,85	46 805,38		8 156,50		993 627,73
Equipamento básico	264 746,72	5 595,93		-500,84		269 841,81
Equipamento de transporte	62 423,40					62 423,40
Equipamento administrativo	15 770,89	391,80				16 162,69
Outros Ativos fixos tangíveis	95 668,71	607,63		88,70		96 365,11
Total	1 377 275,57	53 400,74	0,00	7 744,43		1 438 420,84

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50					16 553,50
Programas de Computador	6 116,75	1 464,55				7 581,30
Outros Ativos intangíveis	20 598,50					20 598,50
Inv. intangíveis em curso	1 672,50			-1 672,50		0,00
Total	44 941,25	1 464,55	0,00	-1 672,50	0,00	44 733,30
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50					16 553,50
Programas de Computador	6 075,76	500,74				6 576,50
Outros Ativos intangíveis	20 598,50					20 598,50
Total	43 227,76	500,74	0,00	0,00	0,00	43 728,50

2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50					16 553,50
Programas de Computador	7 581,30	1 333,82				8 915,12

Outros Ativos intangíveis	20 598,50					20 598,50
Total	44 733,30	1 333,82	0,00	0,00	0,00	46 067,12
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	16 553,50					16 553,50
Programas de Computador	6 576,50	488,13		-98,40		6 966,23
Outros Ativos intangíveis	20 598,50					20 598,50
Total	43 728,50	488,13	0,00	-98,40	0,00	44 118,23

7 Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	13 571,46	0,00	13 571,46
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	13 571,46	0,00	13 571,46

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 635,86	82 749,38	-103,03	1 635,15	100 687,77	-169,85	1 727,26
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 635,86	82 749,38	-103,03	1 635,15	100 687,77	-169,85	1 727,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				82 647,06			100 425,81

9 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	Nº Medio utentes	2021	N.º. Medio utentes
Prestação de Serviços				
Refeições escolares	13 461,08		10 528,62	
Mensalidades ERPI	468 523,73	52	451 641,32	52
Mensalidades. Centro dia	52 902,51	30	49 366,05	30
Mensalidades SAD	26 884,38	15	29 695,65	15
Quotas e joia irmão	1 448,00		1 691,00	
Refeições sociais	212,24		162,50	
Transportes ambulância (faturados aos utentes)	1 630,62		995,62	
Serviços secundários	2 814,22		2 823,01	
Total	567 876,78		546 903,77	

10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2022, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Processos judiciais em curso	7 500,00	24 612,57	7 500,00	24 612,57
Total	7 500,00	24 612,57	7 500,00	24 612,57

O aumento da provisão em 24 612,57 € deve-se a compensações salariais a uma colaboradora que se encontra em processo judicial.

A diminuição da provisão em 7500 € deve -se ao arquivamento de um processo de contraordenações emitido pela Segurança social.

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	Nº Medio anual utentes	2021	N.º. Medio anual utentes
Subsídios da Segurança social				
ERPI	221 434,73	34	185 343,02	34
Centro dia	56 894,04	30	44 114,31	30
SAD	61 052,96	15	53 082,00	15
Domiciliação. Centro dia	0,00		23 535,36	
total	339 381,73		306 074,69	
Outros subsídios				

Segurança Social	486,08		1 520,00	
IEFP	11 411,86		15 765,59	
Apoios Junta Freguesia soalheira	0,00		287,50	
Total	11 897,94		17 573,09	

José Maria



12 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ativas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 44 e em 31/12/2022 foi também de 44.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	510 374,58	488 796,04
Encargos sobre as Remunerações	113 681,11	109 451,16
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 091,48	5 313,93
Outros Gastos com o Pessoal/IEFP	27 420,46	34 264,84
Total	656 567,63	637 825,97

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2 291,58	683,99
Utentes	2 574,16	2 950,45
total	4 865,74	3 634,44

14.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	-23,17	-23,27
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	218,50	218,50
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 528,59	556,98
Outras operações	-8,57	-17,80
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	2 715,35	734,41

João Home

14.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 988,74	2 491,37
Prestação serviços HSA	54,33	53,30
Renda e Seguro Impressora/leitor	325,42	84,26
Assistência medica	0,00	750,00
Renovação certificado energético	1 583,76	1 988,12
Anuidade receituário medico	147,60	136,35
Contrato assistência informática	0,00	553,50
Total	5 099,85	6 056,90
Rendimentos a Reconhecer		
Comparticipação -Mensalidade Jorge Lucas	37 091,43	37 893,44
Total	37 091,43	37 893,44

14.4 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2021
Fundo compensação trabalhador	3 409,22	2 231,02
Total	3 409,22	2 231,02

14.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	250,00	250,38
Depósitos à ordem	103 022,66	131 738,33
Total	103 272,66	131 988,71

14.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 008 434,49	0,00	0,00	1 008 434,49
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	257 812,04	0,00	-26 044,47	231 767,57
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	373 729,97	34 233,40	-17 410,62	390 552,75
Total	1 639 976,50	34 233,40	-43 455,09	1 630 754,81

14.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	25 220,67	33 295,63
Total	25 220,67	33 295,63

14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 249,77	11 186,83
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	7 249,77	11 186,83
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	452,25	4 735,12
Retenções na fonte (IRS)	6 015,00	5 295,00
Segurança Social	25 814,11	23 585,28
Outros Impostos e Taxas	118,03	99,05
Total	32 399,39	33 714,45

14.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

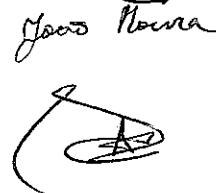
Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		23,17		23,27
Outras operações		8,57		17,80
Credores por acréscimo de gastos				
Ferías e sub ferías e encargos		100 496,45		104 771,86
Água/eletricidade/comunicações		3 274,02		327,75
Seguro acidentes trabalho		197,97		129,34
Total	0,00	104 000,18	0,00	105 270,02

14.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	339 867,81	307 594,69
Subsídios de outras entidades	11 411,86	16 053,09
Doações e heranças	20 925,20	4 471,12
Total	372 204,87	328 118,90

João Moura



Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva no ponto 14.8.

14.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	34 718,52	27 327,28
Materiais	3 518,43	2 891,62
Energia e fluidos	80 110,17	85 720,34
Deslocações, estadas e transportes	2 006,81	1 238,73
Serviços diversos	38 200,66	38 015,67
Total	158 554,59	155 193,64

14.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	5 042,36	4 992,36
Descontos de pronto pagamento obtidos	524,33	507,74
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	224,79	26,64
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	439,27
Outros rendimentos	23 355,64	15 042,71
Total	29 147,12	21 008,72

14.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	520,68	345,01
Outros Gastos	9 415,12	1 871,02
Total	9 935,80	2 216,03

14.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	583,58	160,40
Total	583,58	160,40
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-583,58	-160,40

14.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 23 fevereiro de 2023.

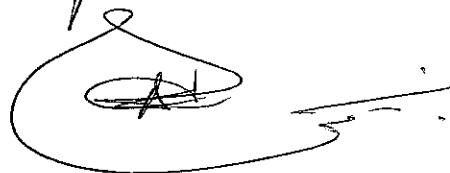
Soalheira, 24 fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado

Paula Jose Raft Oliveira
CC nº 36620

A Direção

Fernando J. Martins Almeida
Joaquim Duarte Almeida
João Manuel Moura Santos
João António Lucas Esteves



RELATÓRIO DE GESTÃO

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Soalheira, vem apresentar o Relatório de Gestão, relatando os assuntos mais importantes relacionados com as várias respostas sociais durante o ano 2022.

A Santa Casa da Misericórdia da Soalheira, é uma instituição com carácter social e caracteriza-se por não prosseguir fins lucrativos, mas com a necessidade de cumprir os seus objetivos de forma rigorosa, sustentável e com qualidade.

O início do ano começou com a propagação do covid 19 na Instituição que afetou quase 100 % dos utentes e mais de metade das colaboradoras; no entanto não houve consequências graves para os utentes graças a todo o cuidado e empenho de todos.

Na análise financeira, vimos que os resultados operacionais aumentaram cerca de 45% em comparação com o ano anterior devido aos aumentos das mensalidades e dos aumentos das participações dos acordos com a Segurança social; apesar dos custos c/ pessoal, fornecimentos e serviços externos e alimentação terem tido um aumento bastante alto.

Os gastos com o pessoal representam perto dos 70% dos rendimentos.

Foi criado uma provisão para os custos com um processo judicial, no despedimento de uma colaboradora e foi estimada em 24 612,57 €. Prevê-se que em 2023 esteja concluído o processo.

Quanto às contraordenações da Segurança social com a Instituição, foram anuladas, havendo uma reversão na provisão criada, no montante de 7500,00 €.

A candidatura ao PARES 3.0 para requalificação do lar foi aceite em 21 junho, o qual foi aprovado o investimento total de 977 512,00 € onde irá ser participado em 782 007,00 €, o restante irá ser financiado pela camara municipal do fundão e pelas instituições de crédito.

A obra irá ter início em 2023, com um prazo de conclusão de 36 meses, podendo ser ainda prorrogado o prazo.

A viatura elétrica para o serviço de apoio ao domicilio foi adquirida em dezembro, no montante de 43554,30 € (com iva), sendo subsidiada pelo PRR em 25000,00 €, 5000,00 € pela CMF e o restante fica ao encargo da santa casa.

O empréstimo bancário à CGD foi pago pela totalidade ainda em março, no valor de 11309,55 €.

Para concluir, a instituição apresenta um melhor desempenho, pelos aumentos apresentados dos resultados operacionais nas demonstrações financeiras, no entanto esse desempenho depende dos apoios da segurança social e não acompanha a evolução dos custos, principalmente do pessoal e dos custos em geral.

A
A
A
João Maria

Esta dependência provoca a dificuldade que a instituição tem de se autofinanciar e ter que recorrer à banca para concretizar as obras.

A

A instituição apresenta resultados líquidos negativos de 28038,05 €.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA SOALHEIRA

Contribuinte: 501 410 740
euros

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 14 de 2022

Rubricas	Notas	2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1 164 448,84	1 163 038,05
Bens do património histórico e cultural	5	531 271,68	531 271,68
Activos Intangíveis	6	1948,89	1004,80
Investimentos financeiros	14,4	3 409,22	2 231,02
Subtotal		1 701 078,63	1 697 545,55
Activo corrente			
Inventários	8	1 727,26	1 635,15
Creditos a receber	14,1	4 865,74	3 634,44
Estado e outros entes públicos	14,8	7 249,77	11 186,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00
Diferimentos	14,3	5 099,85	6 056,90
Outros activos correntes	14,2/14,9	2 747,09	775,48
Caixa e depósitos bancários	14,5	103 272,66	131 988,71
Subtotal		124 962,37	155 277,51
Total do activo		1 826 041,00	1 852 823,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14,6	1 008 434,49	1 008 434,49
Excedentes técnicos			0
Reservas			0
Resultados transitados		231 767,57	257 812,04
Excedentes de revalorização			0
Outras variações de fundos patrimoniais		390 552,75	373 729,97
Subtotal		1 630 754,81	1 639 976,50
Resultado liquido do exercicio		-28 038,05	-18 398,44
Total do capital próprio		1 602 716,76	1 621 578,06
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	24 612,57	7 500,00
Financiamentos obtidos		0	0
Outras contas a pagar		0	0
Subtotal		24 612,57	7 500,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14,7	25 220,67	33 295,63
Estado e outros entes publicos	14,8	32 399,39	33 714,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	13 571,46
Diferimentos	14,3	37 091,43	37 893,44
Outros passivos correntes	14,2/14,9	104 000,18	105 270,02
Outros passivos financeiros			0
Subtotal		198 711,67	223 745,00
Total do Passivo		223 324,24	231 245,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 826 041,00	1 852 823,06

Soalheira, 23 Fevereiro de 2023

Contabilista Certificado

(Maria Jose Matos Oliveira)

A Mesa Administrativa

(Francisco José Martins Adão)

(André Filipe Santiago Santos)

(Joaquim Duarte Alves)

(João Antonio Lucas Esteves)

(João Manuel Moura Santos)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA SOALHEIRA

Contribuinte: 501410740

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2022
(ESNL)

euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	567 876,78	546 903,77
Subsídios, doações e legados à exploração	14,10	372 204,87	328 118,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-100 425,81	-82 647,06
Fornecimentos e serviços externos	14,11	-158 554,59	-155 193,64
Gastos com o pessoal	12	-656 765,60	-637 825,97
Provisões	10	-24 612,57	0,00
Reversões	10	7 500,00	0,00
Outros rendimentos	14,12	29 147,12	21 008,72
Outros gastos	14,13	-9 935,80	-2 216,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26 434,40	18 148,69
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6	-53 888,87	-36 386,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27 454,47	-18 238,04
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	14,14	-583,58	-160,40
Resultado antes de impostos		-28 038,05	-18 398,44
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-28 038,05	-18 398,44

Soalheira, 23-02-2023
Contabilista Certificado
(Maria Jose Matos Oliveira)

A Mesa Administrativa
(Francisco José Martins Adão)
(André Filipe Santiago Santos)
(Joaquim Duarte Alves)
(João Antonio Lucas Esteves)
(João Manuel Moura Santos)

João Moura

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA SOALHEIRA

Contribuinte: 501410740
Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo) 14 de 2022

RUBRICAS	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	9/14	599 156,46	574 682,12
pagamentos de subsídios			0,00
pagamentos de apoios			0,00
pagamentos de bolsas			0,00
Pagamentos a fornecedores	14	-296 832,79	-256 976,03
Pagamentos ao pessoal	14/12	-450 273,79	-427 480,10
Caixa geradas pelas operações		-147 950,12	-109 774,01
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	14/11/8	187 883,42	255 238,70
Fluxos das actividades operacionais (1)		39 933,30	145 464,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5	-54 747,39	-129 235,64
Activos Intangíveis		0,00	-931,11
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-54 747,39	-130 166,75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	-13 571,46	-13 571,51
Juros e gastos similares	14, 14/14, 11	-330,50	-279,57
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-9,51
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-13 901,96	-13 860,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-28 716,05	1 437,35
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	14,5	131 988,71	130 551,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14,5	103 272,66	131 988,71

Soalheira, 23 Fevereiro 2023

Contabilista Certificado

(Maria Jose Matus Oliveira)
Santa Casa da Misericórdia da Soalheira
Largo Sr.ª das Necessidades
NIF:501410740

A Mesa Administrativa

(Francisco José Martins Adão)

(André Filipe Santiago Santos)

(Joaquim Duarte Alves)

(João Antonio Lucas Esteves)

(João Manuel Moura Santos)

ASD
João Moura

A
AD
João Paulo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		Valores em Euros				
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO			PERÍODOS	
		2022	2021	2020	31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	9	483 785,36 €	55 772,20 €	28 319,22 €	567 876,78 €	546 903,77 €
Subsídios, doações e legados à exploração	14.10	246 953,45 €	61 383,26 €	63 868,16 €	372 204,87 €	328 118,90 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-76 323,62 €	-16 068,13 €	-8 034,06 €	-100 425,81 €	-82 647,06 €
Fornecimentos e serviços externos	14.11	-121 017,84 €	-25 024,50 €	-12 512,25 €	-158 554,59 €	-155 193,64 €
Gastos com o pessoal	12	-525 412,48 €	-65 676,56 €	-65 676,56 €	-656 765,60 €	-637 825,97 €
Provisões	10	-19 690,06 €	-2 461,26 €	-2 461,26 €	-24 612,57 €	0,00 €
Reversões	10	7 500,00 €	0,00 €	0,00 €	7 500,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	14.12	21 405,56 €	5 170,35 €	2 571,21 €	29 147,12 €	21 008,72 €
Outros gastos e perdas	14.13	-7 551,21 €	-1 589,73 €	-794,86 €	-9 935,80 €	-2 216,03 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 649,17 €	11 505,63 €	5 279,59 €	26 434,40 €	18 148,69 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6	-40 955,54 €	-8 622,22 €	-4 311,11 €	-53 888,87 €	-36 386,73 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-31 306,37 €	2 883,41 €	968,48 €	-27 454,47 €	-18 238,04 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	14.14	-443,52 €	-93,37 €	-46,69 €	-583,58 €	-160,40 €
Resultado antes de impostos		-31 749,89 €	2 790,04 €	921,80 €	-28 038,05 €	-18 398,44 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		-31 749,89 €	2 790,04 €	921,80 €	-28 038,05 €	-18 398,44 €

Soalheira, 23 Fevereiro de 2023
 Contabilista Certificado
 (Maria Jose Matos Oliveira)

A Mesa Administrativa
 (Francisco José Martins Adão)
 (André Filipe Santiago Santos)
 (Joaquim Duarte Alves)
 (João Antonio Lucas Esteves)

